



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 201986000682	Distribuição: 24/05/2019
Número Único: 0000678-98.2019.8.25.0059	Competência: Poço Redondo
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Dados das Partes

Requerente: EDMILSON FERREIRA FRANCO
Endereço:
Complemento:
Bairro:
Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000
Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: Rua Senador Dantas
Complemento: 5º ANDAR
Bairro: Centro
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000682

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201986000682, referente ao protocolo nº 20190523155804470, do dia 23/05/2019, às 15h58min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
COMARCA DE POÇO REDONDO - SERGIPE**

EDMILSON FERREIRA FRANCO, brasileiro, solteiro, lavrador, portador do RG nº 1.173.235 SSP/SE e CPF nº 587.992.655-91, residente e domiciliado no Assentamento Carlito Maia, S/N, Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP 49.810-000, Tel.: (79) 99825-1359, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que está subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

DOS FATOS

No dia 26 de Outubro de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN EX, ano 2013/2014, cor azul, placa ORF-1589,



CHASSI 9C2KC1660ER800852, Poço Redondo/SE, em nome de Leandro Marques da Paixão, pela rodovia estadual SE230, quando nas proximidades do Povoado Queimada Grande, foi “fechado” por um veículo que o fez perder o equilíbrio e cair sobre a pista de rolamento, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na clavícula direita em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 04 de Abril de 2019, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

DO DIREITO

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de





indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 04 de Abril de 2019, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. Falta de Interesse de Agir. O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça. Alegação de necessidade de perícia. Insubsistente. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência



mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:
(...)
II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:



§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

I - **quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

II - **quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- **Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE -**





INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE) DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO**. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. **“O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a



dispensa da designação da audiência de conciliação, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;

- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 23 de Maio de 2019.

José Jeovany da Silva
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



ANEXO I

QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SERGIPE

SERVIÇO NOTARIAL HENRIQUE MACIEL

2º OFÍCIO DE NOTAS

CNPJ/MF Nº 13.003.546/0001-48

ANTÔNIO HENRIQUE BUARQUE MACIEL SILVA

Notário e Registrador

Beatriz Ramos Maciel Silva - Escrevente Substituta

Ederaldo Alves da Silva - Escrevente

Anne Grasielle Santana Gomes - Escrevente

Rua Edézio Vieira de Melo, nº 20, Centro, CEP: 49.680-000, Fone: (079) 3411-1365

E-mail: extra.2gloria@tjse.jus.br

Nossa Senhora da Glória/SE



Livro nº 89

Ato nº 1660

Folha: 50 à 50v

PROCURAÇÃO PÚBLICA

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem, que **aos oito (8) dias do mês de maio (5) de dois mil e dezenove (2019)**, nesta cidade de Nossa Senhora da Glória, município do Estado Federado de Sergipe, República Federativa do Brasil, neste Cartório do 2º Ofício, localizado na Rua Edézio Vieira de Melo, nº 20, Bairro Centro, nesta cidade de Nossa Senhora da Glória/SE, perante mim, Ederaldo Alves da Silva, Escrevente, comparece como **OUTORGANTE: EDMILSON FERREIRA FRANCO**, brasileiro, solteiro, maior, lavrador, nascido aos dezenove de agosto de mil novecentos e setenta (19/08/1970), na Cidade de Porto da Folha, Estado de Sergipe, portador da cédula de identidade RG nº 1.173.235 SSP-SE, inscrito no CPF nº 587.992.655-91, filho de JOSÉ FERREIRA FRANCO e ELISA CORREIA FRANCO, residente e domiciliado à Assentamento Carlito Maia, Poço Redondo; identificados e reconhecidos por mim, mediante a documentação acima, do que dou fé. Pelo outorgante me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui seu bastante procurador, e **OUTORGADO: JOSÉ JEOVANY DA SILVA**, brasileiro, solteiro, maior, advogado, nascido ao um de março de mil novecentos e oitenta e seis (01/03/1986), na Cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, portador da cédula de identidade RG nº 20423500 SSP-SE, inscrito no CPF nº 018.386.315-18, portador do(a) OAB nº 889A/SE, filho de JOSÉ PEREIRA FILHO e CRIZONETE SANTANA SILVA, residente e domiciliado à Rua Senador Leite Neto, nº 381, Brasília, Nossa Senhora da Glória-SE; a quem confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes poderes, inclusive os contidos Artigo 105 do Código de Processo Civil, para o foro em geral, em qualquer instância, Juízo ou Tribunal, podendo para tanto, propor ações, interpor recursos, substabelecer com ou sem reservas de poderes, agir conjuntamente ou separadamente, confessar, conciliar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar o direito em que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, especialmente o fim especial de representá-lo perante qualquer Companhia de Seguros, podendo requerer e receber o seguro obrigatório DPVAT resultante de acidente automobilístico, podendo preencher e assinar formulário, juntar, retirar, apresentar e assinar papéis e documentos, e enfim, praticar todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato, o que tudo o outorgante dará por bom, firme e valioso. Enfim, praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato, INCLUSIVE SUBSTABELECER. E, como me pediu, lhe lavrei este instrumento, que feito, lido e achado

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
Sergipe

2º Ofício da Comarca de N.
Sra. da Glória

08/05/2019 10:42

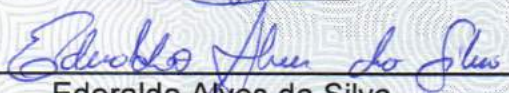
<http://www.tjse.jus.br/x/KN8UEB>



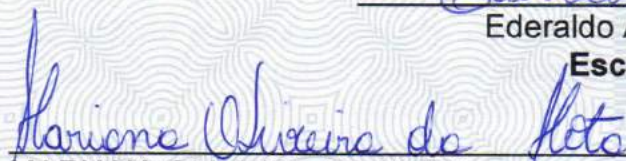
201929574010242

conforme, aceita, outorga e assina. E por estar impossibilitado de assinar EDMILSON FERREIRA FRANCO em razão de motivo de saúde, assina à rogo : **MARIANA OLIVEIRA DA MOTA**, brasileira, solteira, maior, auxiliar de cartório, nascida aos doze de janeiro de mil novecentos e noventa e dois (12/01/1992), na Cidade de Nossa Senhora da Glória, Estado de Sergipe, RG nº 3.489.048-3 SSP-SE onde consta o CPF nº 056.694.755-26, filha de HUMBERTO GONZAGA DA MOTA e ANA DE FATIMA OLIVEIRA DA MOTA, residente e domiciliada à Rua Senador Leite Neto, nº 62, centro, Nossa Senhora da Glória-SE. “Dispensadas às testemunhas conforme legislação em vigor (art. 215, VII, § 5º do Código Civil Brasileiro)”. Eu, Ederaldo Alves da Silva, Escrevente, digitei, subscrevo, dou fé e assino. **Guia de Recolhimento 124190005712 EMOLUMENTOS: R\$ 47,12, FERD: R\$ 11,09, AO FUNDO: R\$ 2,91, AO JUDICIÁRIO: R\$ 5,40, TAXA BANESE: R\$ 0,67, TOTAL: R\$ 67,19. Selo TJSE: 201929574010242|KN8UEB Acesse: <https://www.tjse.jus.br/x/KN8UEB>.**

Em testemunho  da verdade.


Ederaldo Alves da Silva

Escrevente


MARIANA OLIVEIRA DA MOTA

Impressão digital



EDMILSON FERREIRA
FRANCO
Polegar direito

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de
Sergipe

2º Ofício da Comarca de N.
Sra. da Glória

08/05/2019 10:42

<http://www.tjse.jus.br/x/KN8UEB>



201929574010242

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.73.235 2. VIA DATA DE EXPIRAÇÃO 01/09/2014

NOME EMILSON FERREIRA FRANCO

PLACAO JOSE FERREIRA FRANCO

NATURALIDADE ELISA CORREIA FRANCO

DATA DE NASCIMENTO 19/08/1970

PIRATO DA FOLHA-GE

DOC ORIGEM

CT, NASCIMENTO NR 1670 LV 03 FL 164

CONRT DIST MONTE ALEGRE DA COM M.S. DA B. ORLA /SE

587.992.655-91

ASSINATURA

LEONILTON FERREIRA DA SILVA

EXERCIT. FERREIRA DA SILVA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NAD ASSINA




EDMILSON FERREIRA FRANCO
PROJETO SANTA FE, 003 / A. CARLITO MAA - AREA RURAL
POCO REDONDO / SE CEP 49810000 (49 430)

Emissão: 18/10/2018 Referência: Out / 2018
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO
Roteiro: 10 - 450 - 430 - 2040 Nº medidor: N1054265676



ENERGISA SERGIPE DISTRIB. ENERGIA SA
Rua Min. Antônio Sales, 81 - Inocência, 44000-000
Aracaju / SE - CEP 49040-100
CNPJ: 13.017.462/0001-68 Insc. Est. 270.757.436
Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica N1007.748.898
Cód. par. Deb. Automático: 00007866908

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Out / 2018	18/10/2018	19/11/2018	587.992.655-91 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 3/786690-8

Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e dos anos anteriores.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 18/09/18	Leitura 8148	Data 18/10/18	Leitura 8172	
Demonstrativo				
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. (R\$)
				Valor Base Calc. (R\$)
				Valor Base Calc. (R\$)
0001	Custo de Disponibilidade	18,82	0,00	0,00
0001	Adic. B. Vermelha	1,55	0,00	0,00
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0003	RELIÇÃO NORMAL 09/2018	2,29	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do item TOTAL 19,86 0,00 0,00 19,86 0,11 0,58

Média últimos meses (kWh) 65 **VENCIMENTO 25/10/2018** **TOTAL A PAGAR R\$ 19,86**

Histórico de Consumo (kWh)

71 | 93 | 85 | 74 | 53 | 55 | 50 | 52 | 49 | 45 | 82 | 71
Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18

RESERVADO AO FISCO

8951.38bb.bea0.e8f2.623c.a147.f8a3.8676.

Indicadores de Qualidade 07/2018 - kWh

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	10,97	NOMINAL 115
DIC TRIMESTRAL	21,74	
DIC ANUAL	43,48	CONTRATADA 108
FIC MENSAL	17,92	
FIC TRIMESTRAL	35,84	LIMITE INFERIOR 121
FIC ANUAL	71,68	
DMIC	5,58	
DMIC	18,80	

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Out. da Energisa/SE	5,76	29,00
Compra de Energia	8,89	44,77
Serviço de Transmissão	0,53	2,71
Encargos Setoriais	1,35	6,80
Impostos Diretos e Encargos	0,54	2,72
Outros Serviços	2,29	11,53
Total	19,86	100,00

Valor de EUSD (Ref. 9/2018) R\$ 18,74

ATENÇÃO

Atenção: A responsabilidade pela quitação dos débitos é do titular da unidade consumidora.

Faturas em atraso

ENERGISA SERGIPE
Roteiro: 10 - 450 - 430 - 2040
Matrícula: 786690-2018-10-7

VENCIMENTO 25/10/2018 **TOTAL A PAGAR R\$ 19,86**

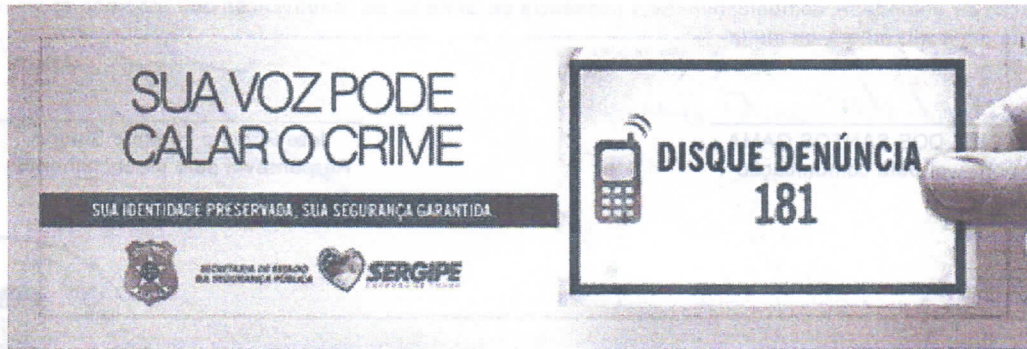
83690000000-8 19860049000-9 07866902018-8 10700450019-8





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

RUA NOVA, CENTRO FONE:() (79)3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06578.0-000737

DELEGACIA RESPONSÁVEL

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Endereço: RUA NOVA, CENTRO FONE:() (79)3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

FATO

Data e Hora do Fato: 26/10/2018 - 17:30 até 26/10/2018 - 17:30

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49810-000

Bairro: ASSENTAMENTO QUEIMADA GRANDE Cidade: POCO REDONDO - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

VÍTIMA-NOTICIANTE

Nome: LUCILEIDE DOS SANTOS GAMA

Nome do pai: CICERO JOSE DOS SANTOS Nome da mãe: EDNEUZA GAMA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 12889466 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: Data de nascimento: 21/09/1973 Sexo: Feminino Cor da cutis: Parda

Profissão: LAVRADORA Estado civil: Convivente Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: ASSENTAMENTO CARLITO MAIA Número: Complemento:

CEP: Bairro: Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone: 99825-1359

VÍTIMA

Nome: EDMILSON FERREIRA FRANCO

Nome do pai: JOSE FERREIRA FRANCO Nome da mãe: ELISA CORREIA FRANCO

Pessoa: CPF/CGC: RG: 11732350 UF: SE Órgão expedidor: SSP-SE

Naturalidade: PORTO DA FOLHA Data de nascimento: 19/08/1970 Sexo: Feminino Cor da cutis: Não informado

Profissão: LAVRADOR Estado civil: Convivente Grau de instrução: Não Alfabetizado

Endereço: ASSENTAMENTO CARLITO MAIA Número: Complemento:

CEP: Bairro: Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone:



HISTÓRICO

NARRA a noticiante que o seu ocmpanheiro, EDMILSON FERREIRA FRANCO, guiava uma motocicleta pela rodovia estadual SE230 quando nas proximidades do Povoado Queimada Grande, foi "fechado" por um veículo que o fez perder o equilíbrio e cair sobre a pista de rolamento; QUE devido a queda sofreu fraturas na clavícula direita, sendo socorrido por populares e conduzido a UPA POÇO REDONDO de onde foi transferido em uma ambulancia para o Hospital da cidade de Itabaiana; QUE a motocicleta se trata de uma HONDA/CG 150 TITAN EX ANO 2013/14 placa ORF1589/SE cor AZUL chassi 9C2KC1660ER800852 renavam 593406028 em nome de LEANDRO MARQUES DA PAIXAO. É o relato.

,Ultima Alteração: 10/12/2018 às
09:58.

Lucileide dos Santos Gama
LUCILEIDE DOS SANTOS GAMA
Responsável pela comunicação

Jose Roberto de Melo Santos
Responsável pelo preenchimento



Atto

Ficha de Assistência a Saúde

UPA 24h

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
DONA ZULMIRA SOARES

Ednilson Ferreira Franco

DATA:
26, 101

DATA DE NASCIMENTO: 19/08/90 SEXO: M
48 anos

FILIAÇÃO: PAI: José Ferreira Franco
MÃE: Eliza Pereira Franco

ENDEREÇO: Ass. Condição REFERÊNCIA:

PROFISSÃO Agricultor RESPONSÁVEL:

ALERGIA
CARDIOPATIA
DIABETES
EPILEPSIA

HANSENIASE
HEMORRAGIA
HEMOTÓXICO
HEPATECÃO

PSICOPATIA
TUBERCULOSE
TIPO DE SANGUE

DATA

ANAMNESE - EXAME - DIAGNÓSTICO - CONDUTAS

96.10.18

130 x 100 mm
made of metal

ASSINATU

King David

In the river drink. Nye enters
 Nye elyze and leaves. B.C.
 A.R. in to R.A. 40 - B.P. 2100. In
 reference to the. The two are the only
 considered are a record of the
 (W). Dipose 2100 in 18:30
 - Prebade 2100 in 18:30
 - Remembrance 4:00 in 18:30

ESTEVÃO F. DE CARVALHO
CRM. 5826/SE



HOSPITAL DR PEDRO GARCIA MORENO FILHO

Receituário

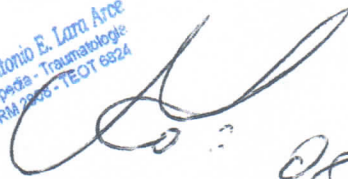
BOMILTON FERRAS FRANCO

RELATÓRIO MÉDICO

O PACIENTE HOSPITALIZADO COM
DIAGNÓSTICO DE TRAUMA
DO COTOVEL DO LADO DIREITO
TRATAMENTO ORTOMÉDICO
INDICADO EM NOSSO
DEPARTAMENTO

CID: S40

Dr. Antonio E. Lara Arce
Ortopedia - Traumatologia
CRM 2005 - TEOT 6824


08/12/18

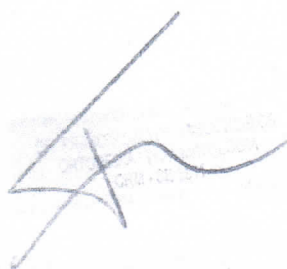
Avenida 13 de junho, nº 776 - Centro - Itabaiana-SE - Fone: (79) 3432-9200

RELATÓRIO MÉDICO

Paciente, com relato de fratura de clavícula direita em outubro de 2018 após acidente de moto. Foi optado por tratamento conservador com tipoia.

Mantem quadro de dor, diminuição de força e mobilidade em membro superior direito.

CID: S42.0



16/03/2019

OBS: ESTE RECEITUÁRIO NÃO PODE SER USADO COMO RECIBO
Matriz: Av. 13 de Junho, 695 - Tel: (79) 3421-5000- Itabaiana/SE
Filial: Rua Simplicio Francisco de Souza, 202 - Tel.: (79) 3411-3003 - 99856-0015
Nossa Senhora da Glória-SE
www.semediclinicahospital.com.br

Cirurgia Convencional
Colpocitologia
Consultas Médicas
Densitometria Óssea
Ecocardiograma
Eletrocardiograma Computadorizado
Eletroencefalograma Digital
Espirometria
Fisioterapia
Hemodiálise
Holter
Internamento (Adulto e Infantil)
Laboratório de Análises Clínicas
Laparoscopia
Mamografia de Alta resolução
Mapa
Peniscopia
Raio X Simples e Contrastado
Duplex-Scan Vascular
Teste Ergométrico Computadorizado
Tomografia Computadorizada
Ultrassonografia com Doppler Color
Ultrassonografia 3D
Urodinâmica
Video Colposcopia
Video Endoscopia Digestiva
Cirurgia video-laparoscópica
Colangiopancreatografia
Histeroscopia
Retossigmoidoscopia flexível
Video-colonoscopia
Video-rinolaringoscopia
Urodinâmica
Densitometria óssea
Tomografia computadorizada(multislice)
Ressonância magnética
Ecoendoscopia



(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE

[/Pages/Acessibilidade.aspx](#)

[/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx](#)

PROCESSO DE INDENIZAÇÃO

[Documentos Despesas Médicas \(/Pages/Documentacao-Despesas-Medic.aspx\)](#)

[Documentos Invalidez Permanente \(/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx\)](#)

[Documentos Morte \(/Pages/Documentacao-Morte.aspx\)](#)

[Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-Indenizacao.aspx\)](#)

PAGUE SEGURO

[Como Pagar \(/Pages/Saiba-como-pagar.aspx\)](#)

[Consulta a Pagamentos Efetuados \(/Pages/a-Pagamentos-Efetuos.aspx\)](#)

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 5 dias úteis.

SINISTRO 3190207973 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDMILSON FERREIRA FRANCO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GVS CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO EDMILSON FERREIRA FRANCO

CPF/CNPJ: 58799265591

Posição em 21-05-2019 15:52:32

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
04/04/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
12/04/2019	Pagamento de Indenização, com memória de cálculo de invalidez	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YvbqVZMu0ReDIVWcEqNww==zkOLOSAc/mvVRDdGx8C9Vs__jrK5Yfaw==/ArB5A8zEp3YThePloRkeY+EU8/GRh4A__mkBJwtqwfAqXKS3igEXrVGjmsA317JDV+9Lxstd54tj59Sjwepjbt31ZsEv
26/03/2019	Interrupção de Prazo	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/4KwP__6kCtBqOFI3V2bWkw==q1QtvCz/bnjUlkVBjstNdxk98Luhug==/hUjn0lkmBM9d57FYMnivcs+BPEDCPDya5Jj5aC901pjZDVjd88n2MG8__ANycmwV7apl
21/03/2019	Aviso de Sinistro	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/aQr+Oai+K0q4vcxaRLk6bA==a0MEzxBjJ6l/8Q+5xpUTQqpHhLNF5muig==/79USVAh1FK8B5zh3jigvz9FWSLg1chmSqSUROLdqlG4bRDjSYrVG__KhOLkk3CVN3

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT

Disponível na [App Store](https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpva/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8) (https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpva/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)

Disponível no [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataforma.digital) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataforma.digital)

Serviços	Dúvidas e Respostas	Atendimento
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx	A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)	Chat - Atendimento On-line (/Contato)
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx	Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)	Chat-e-Atendimento-On-Line
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Consultas-a-Pagamentos-Efetuos.aspx	Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)	Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato)
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Saiba-Como-Pagar.aspx	Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-Indenizacao.aspx)	Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato)
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Pontos-de-Atendimento.aspx	Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)	Duvidas- Reclamacoes-e-Sugestoes (/Contato)
https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Como-Pedir-Indenizacao.aspx	Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/PerguntasFrequentes.aspx)	Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
		Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
		Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
		Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
		Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Baixar.aspx)
		Consumidor.gov (https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/71556814921288)

Termos de uso e politica de privacidade (/Pages/Termos-de-Uso.aspx)



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000682

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

{Via Movimentação em Lote nº 201900181}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000682

DATA:

24/05/2019

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

DESPACHO Processo nº 201986000682 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 10:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1 Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 28/06/2019 às 11h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe
Poço Redondo**

Nº Processo 201986000682 - Número Único: 0000678-98.2019.8.25.0059

Autor: EDMILSON FERREIRA FRANCO

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

DESPACHO

Processo nº 201986000682

R. Hoje,

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50.

Nos termos do art. 334¹, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **28/06/2019, às 11:30 horas, no Fórum local.**

Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15(quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

Poço Redondo/SE, 24de maiode 2019.

Luiz Eduardo Araújo Portela

Juiz de Direito

A

1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo, em 24/05/2019, às 14:08:09**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2019001291601-35**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000682

DATA:

27/05/2019

MOVIMENTO:

Certidão

DESCRIÇÃO:

Certifico e dou fé que nesta data expedi mandado/carta de nº 201986002981. Certifico ainda que a parte requerente, resta intimada da audiência por seu advogado via DJ.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

201986000682

DATA:

27/05/2019

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 201986002981 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150]

{Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Poço Redondo
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal(Justiça Gratuita)



201986002981

PROCESSO: 201986000682 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000678-98.2019.8.25.0059
NATUREZA: Procedimento Comum
REQUERENTE: EDMILSON FERREIRA FRANCO
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

Finalidade: Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

Despacho: DESPACHO Processo nº 201986000682 R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 334, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 28/06/2019, às 10:30 horas, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 24 de maio de 2019. Luiz Eduardo Araújo Portela Juiz de Direito A 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 28/06/2019 às 11h:30min para que seja realizada audiência Conciliação.

Data e horário da audiência: 28/06/2019 às 11:30:00, **Local:** Fórum de Poço Redondo/SE.

Advertência: O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

Qualificação da parte ré:

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - -

Ilmº (a) Sr(a)

Nome: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Residência: Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

Bairro: Centro

CEP: 20031205

Cidade: Rio de Janeiro - -

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **YURI RODRIGO DE SOUZA ARAGÃO**,
Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo, em 27/05/2019,
às 17:00:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico
www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento
do número de consulta pública **2019001307873-88**.